

Ata nº 1

Abertura de procedimento concursal para a contratação excecional de um (1) trabalhador na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para o exercício de funções correspondentes à carreira e categoria de Técnico Superior, no âmbito da execução do Projeto PRR-C05-i03-I-000179, LA2.1, LA2.2 e LA2.3, “BioFago - Novas estratégias no controlo do fogo bacteriano”, aprovado no âmbito da execução do Plano de Recuperação e Resiliência português.

Ao terceiro dia do mês de janeiro de 2025, pelas 10:30 horas, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-lei nº 53-B/2021, de 23 de junho, da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, do Despacho nº 11888-B/2021, de 30 de novembro, Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, e da demais legislação aplicável, reuniu o júri nomeado pelo Despacho do Senhor Presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., datado de 11 de março de 2024, constituído pelo Investigador Principal Miguel Leão (Presidente), pelo Investigador Auxiliar Hugo Oliveira (UM) e pelo Técnico Superior Rui de Sousa (Vogais efetivos), destinado à contratação excecional de um (1) trabalhador, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para o preenchimento de um (1) posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, aditado ao mapa de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., por força do previsto no nº 4 do artigo 15º do Decreto-lei nº 53-B/2021, de 23 de junho, pelo período necessário à execução do Projeto **PRR-C05-i03-I-000179, LA2.1, LA2.2 e LA2.3, “BioFago - Novas estratégias no controlo do fogo bacteriano”**, aprovado no âmbito da execução do Plano de Recuperação e Resiliência português, sendo tal posto de trabalho extinto no final do contrato a termo, de acordo com o disposto no aludido nº 4 do artigo 15º do Decreto-lei nº 53-B/2021, de 23 de junho.

A presente reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Identificação do método de seleção a utilizar;
2. Definição dos critérios e ponderações do método de seleção e avaliação final;
3. Forma de exclusão, notificação e igualdade de valoração final.

Aberta a sessão pelo presidente do júri, deu-se inicio à ordem de trabalhos acima definida.

1. Identificação do método de seleção a utilizar

Foi definido que o método de seleção será a avaliação curricular (**AC**), com base na candidatura apresentada pelos candidatos, tal como previsto no artigo 5º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, a qual deverá permitir avaliar a habilitação académica, a

experiência em sanidade vegetal (nomeadamente em trabalho laboratorial e/ou identificação de sintomas em campo, com incidência sobre as principais doenças da cultura inerente ao posto de trabalho a ocupar), a experiência em trabalho de campo na área do projeto, realçando a ligação ao setor produtivo e à fruticultura (se aplicável) e os conhecimentos da língua inglesa. Será ainda valorizada a motivação do candidato(a) para participar no projeto **(M)**.

Este contrato será destinado a Mestres, ou grau superior, em Microbiologia, Biologia, Agronomia (especialidade Sanidade Vegetal) ou áreas afins.

2. Definição dos critérios e ponderações do método de seleção e avaliação final

Na **AC**, aplicam-se os seguintes parâmetros de avaliação e respetiva ponderação:

1. Nota de curso (NC) (licenciatura+mestrado ou mestrado integrado) (35%),
2. Experiência na área da sanidade vegetal (ESV) (25%);
3. Experiência em trabalho de campo na área do projeto (EC) (25%),
4. Conhecimentos em inglês (CI) (5%)
5. Motivação (M) para participar no projeto (10%)

A nota de curso será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Nota de curso	Valorização
< 13 valores	10
13 a 16 valores	15
>16 valores	20

A Experiência em trabalho laboratorial e/ou identificação de sintomas em campo (sanidade vegetal), com incidência sobre as principais doenças da cultura inerente ao posto de trabalho a ocupar, será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Experiência laboratorial e/ou identificação de sintomas em campo (sanidade vegetal)	Valorização
Sem experiência	0
Até 1 ano	10
Mais de 2 anos	15
Mais de 2 anos nas principais doenças da pereira	20

A Experiência em trabalho de campo na área do projeto, será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Experiência em trabalho de campo	Valorização
Sem experiência	0
Até 1 ano	10

Mais de 2 anos	15
Mais de 2 anos em fruticultura	20

Os conhecimentos em inglês, serão pontuados com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Conhecimentos de inglês	Valorização
Reduzidos	5
Suficientes	15
Bons	20

A motivação para participação no projeto será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Motivação	Valorização
Reduzida	5
Suficiente	15
Boa	20

Valorização e classificação final

Na valorização dos parâmetros de seleção referidos é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada parâmetro, sendo a classificação final (CF) considerada até às centésimas e obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (90\% AC) + (10\% M)$$

AC = avaliação curricular

M = motivação para participação no projeto

Em que:

$$AC = (35\%NC + 25\%ESV + 25\%EC + 5\%CI)$$

NC = nota de curso

ESV = experiência em sanidade vegetal

EC = experiência em campo

CI = conhecimentos em inglês

3. Forma de exclusão, notificação e igualdade de valoração final.

Constitui motivo de exclusão o incumprimento dos requisitos de admissão mencionados no Aviso a ser publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), sem prejuízo dos demais requisitos de admissão legal ou regulamento previstos.

Fica excluído do presente procedimento o candidato que não entregue todos os documentos requeridos ou que obtenha uma valorização inferior a 9,5 na avaliação curricular.

Os candidatos são notificados para a realização da audiência de interessados, nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

Para efeitos de audiência de interessados, devem os candidatos apresentar as suas alegações através da BEP, em www.bep.gov.pt

Não serão consideradas pelo júri as candidaturas fora do prazo.

Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Em conformidade com o preceituado no artigo 4º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, o procedimento de recrutamento decorre na BEP, em plataforma disponibilizada para o efeito, sendo realizado através da utilização de meios eletrónicos, incluindo as respetivas notificações.

A publicitação dos resultados obtidos no método de seleção é efetuada através de lista ordenada por nota final obtida, afixada em local visível e público do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (ENFVN, Alcobaça), e disponibilizada na respetiva página eletrónica em <https://www.iniaiv.pt/procedimentos-concursais-e-de-mobilidade>. Todos os candidatos serão ainda notificados dos resultados através de email.

Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 24º Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro.

Todas as deliberações do Júri na presente reunião foram tomadas por unanimidade dos elementos presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do Júri presentes.

O Presidente

Assinado por: **MIGUEL ANTÓNIO LEÃO DE SOUSA**
Num. de Identificação: 11222399
Data: 2025.01.06 11:02:01+00'00'



Miguel Leão de Sousa

1º Vogal Efetivo

**HUGO ALEXANDRE
MENDES DE
OLIVEIRA** Assinado de forma digital
por HUGO ALEXANDRE
MENDES DE OLIVEIRA
Dados: 2025.01.06
10:48:22 Z

Hugo Oliveira



Instituto Nacional de
Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.

2º Vogal Efetivo

RUI MANUEL

MAIA DE SOUSA

Assinado de forma digital
por RUI MANUEL MAIA DE

SOUSA

Dados: 2025.01.06 12:47:42 Z

Rui Maia de Sousa

Aviso

Procedimento concursal para a contratação de um trabalhador para a carreira e categoria de Técnico Superior no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., no âmbito do Projeto "BioFago - Novas estratégias no controlo do fogo bacteriano", PRR 000179, LA2.1, LA2.2 e LA2.3.

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com a alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, da Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho e do Despacho n.º 11888-B/2021, de 30 de novembro, faz-se público que na sequência do meu despacho de 11 de março de 2024, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação do aviso de abertura na Bolsa de Emprego Público (BEP), em www.bep.gov.pt - ofertas PRR, e do respetivo extrato em Diário da República, procedimento concursal comum, para preenchimento de 1 posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

1. Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual), Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro) e Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual e Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho e do Despacho n.º 11888-B/2021, de 30 de novembro.
2. Foi executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, tendo a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público emitido a declaração de inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional com o perfil pretendido, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio e no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro.
3. Âmbito do recrutamento: o procedimento concursal visa a constituição de relação jurídica de emprego a termo resolutivo incerto, sendo o recrutamento efetuado de entre trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.
4. Modalidade de vínculo de emprego público a constituir: o vínculo de emprego público a constituir, na sequência do presente procedimento concursal, é o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.
5. Número de postos de trabalho a ocupar: 1 (um) posto de trabalho.
6. Caracterização do posto de trabalho a ocupar: Realização de trabalho de campo relacionado com a aplicação e acompanhamento de tratamento de biocontrolo para o fogo bacteriano em pomares de pera. As tarefas incluem: monitorização do tratamento, colheita de dados, registo, colheita de amostras, avaliação e reporte do impacto do(s) tratamento em pomares selecionado(s). Apoio às atividades de comunicação e disseminação do projeto.
7. Local de trabalho: O trabalho será desenvolvido no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., Polo de Alcobaça, Estação Nacional de Fruticultura Vieira Natividade, morada Estrada de Leiria, s/n, 2460-059 Alcobaça.
 - 7.1 Disponibilidade para deslocações aos campos experimentais do projeto.

8. Posicionamento remuneratório: O trabalhador recrutado será remunerado no montante pecuniário 1385,99€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior, e ao nível remuneratório 16.º.

9. Nível habilitacional: Mestre, ou grau superior, em Microbiologia, Biologia, Agronomia (especialidade Sanidade Vegetal) ou áreas afins.

9.1 Não há lugar, no presente procedimento, à substituição da habilitação exigida por formação adequada ou experiência profissional.

10. Requisitos de admissão ao procedimento concursal: Podem candidatar-se ao presente procedimento concursal os indivíduos que reúnam, até ao termo do prazo de candidatura, cumulativamente, os seguintes requisitos:

10.1 Requisitos gerais:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

10.2 Requisitos preferenciais:

- a) Experiência em trabalho de campo, em particular na área de fruticultura;
- b) Especialidade em sanidade vegetal;
- c) Conhecimentos de língua inglesa.

11. Métodos de seleção aplicáveis: De acordo com o previsto no artigo 5º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, considera-se a avaliação curricular (AC) o método de seleção. As candidaturas deverão ainda incluir uma carta com a indicação da motivação para a participação neste projeto.

Aplicam-se os seguintes parâmetros de avaliação e respetiva ponderação:

1. Nota de curso (NC) (licenciatura+mestrado ou mestrado integrado) (35%),
2. Experiência na área da sanidade vegetal (ESV) (25%);
3. Experiência em trabalho de campo na área do projeto (EC) (25%),
4. Conhecimentos em inglês (CI) (5%)
5. Motivação (M) para participar no projeto (10%)

A nota de curso será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Nota de curso	Valorização
< 13 valores	10
13 a 16 valores	15
>16 valores	20

A Experiência em trabalho laboratorial e/ou identificação de sintomas em campo (sanidade vegetal), com incidência sobre as principais doenças da cultura inerente ao posto de trabalho a ocupar, será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Experiência laboratorial e/ou identificação de sintomas em campo (sanidade vegetal)	Valorização
Sem experiência	0
Até 1 ano	10
Mais de 2 anos	15
Mais de 2 anos nas principais doenças da pereira	20

A Experiência em trabalho de campo na área do projeto, será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Experiência em trabalho de campo	Valorização
Sem experiência	0
Até 1 ano	10
Mais de 2 anos	15
Mais de 2 anos em fruticultura	20

Os conhecimentos em inglês, serão pontuados com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Conhecimentos de inglês	Valorização
Reduzidos	5
Suficientes	15
Bons	20

A motivação para participação no projeto será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores

Motivação	Valorização
Reduzida	5
Suficiente	15
Boa	20

Valorização e classificação final

Na valorização dos parâmetros de seleção referidos é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada parâmetro, sendo a classificação final (CF) considerada até às centésimas e obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (90\% AC) + (10\% M)$$

AC = avaliação curricular

M = motivação para participação no projeto

Em que:

$$AC = (35\% NC) + (25\% ESV) + (25\% EC) + (5\% CI)$$

NC = nota de curso

ESV = experiência em sanidade vegetal

EC = experiência em campo

CI = conhecimentos em inglês

12. Forma de exclusão, notificação e desempate dos candidatos: Constitui motivo de exclusão o incumprimento dos requisitos de admissão mencionados no Aviso a ser publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), sem prejuízo dos demais requisitos de admissão legal ou regulamento previstos. Fica excluído do presente procedimento o candidato que não entregue todos os documentos requeridos ou que obtenha uma valorização inferior a 9.5 na avaliação curricular.

13. Plataforma do procedimento: O procedimento decorre na Bolsa de Emprego Público (BEP), enquanto plataforma dedicada aos procedimentos concursais PRR, com acesso através do endereço www.bep.gov.pt. As notificações são efetuadas através do correio eletrónico indicado na candidatura, com recibo de entrega de notificação, conforme estabelecido no artigo 4.º da Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho.

14. Formalização e entrega das candidaturas:

a) As candidaturas são formalizadas exclusivamente mediante o preenchimento de formulário próprio de candidatura disponível na BEP, em (www.bep.gov.pt), através do menu Ofertas PRR.

b) Não serão admitidas candidaturas em suporte de papel ou enviadas por email.

c) A submissão eletrónica das candidaturas deverá ser acompanhada da seguinte documentação (exclusivamente em formato PDF):

i. Currículo profissional detalhado e atualizado, datado e assinado, dele devendo constar, para além de outros elementos julgados necessários, as habilitações literárias (com referência às classificações), a experiência profissional, designadamente as funções e atividades que exerce e exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida em matéria relacionada com a área funcional do posto de trabalho colocado a concurso, com indicação expressa das entidades promotoras, datas de realização e respetiva duração.

ii. Cópia(s) legível(is) do(s) certificado(s) de habilitações literárias e documento comprovativo do seu reconhecimento em território nacional, quando obtido em país estrangeiro.

iii. Carta de motivação

15. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 15.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro, a não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos, determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses documentos impossibilite a sua admissão ou a avaliação.

16. Prazo para a apresentação das candidaturas: O prazo para a apresentação da candidatura é de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP).

17. Notificação dos candidatos: Os candidatos são notificados para o endereço eletrónico indicado no formulário de candidatura, nos termos do disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

18. Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada nos termos do disposto do artigo 10.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

19. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação é publicada na 2.ª série do Diário da República, afixada em local visível e público do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (átrio do Edifício Principal), e disponibilizada na respetiva página eletrónica em <https://www.inia.v.pt/procedimentos-concursais-prr>.

20. Composição do Júri do Procedimento:

Presidente: Investigador Principal, Miguel António Leão de Sousa

1º Vogal Efetivo: Investigador Auxiliar, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, Hugo Oliveira

2º Vogal Efetivo: Técnico Superior, Rui de Sousa

1º Vogal Suplente: Investigadora Auxiliar, Filipa Queirós

2º Vogal Suplente: Técnica Superior, Patrícia Vicente Silva

21. Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

22. Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro e da alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, a/o(s) candidata/o(s) portadores de deficiência devem declarar, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, bem como dos elementos necessários, de forma a garantir que o processo de seleção destes candidatos se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.